

Conselho Municipal do Idoso de Pilar do Sul

Av. Jovino Gomes Ribeiro, nº 167 - Centro Pilar do Sul

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI PILAR DO SUL

REGIMENTO INTERNO

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, por deliberação de seus membros, formula o seu Regimento Interno, na forma do disposto da Lei Municipal nº 1931/2003, previsto na Lei Federal 8842/94 consoante as seguintes disposições:

CAPITULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Artigo 1º - O Conselho Municipal do Idoso, criado pela Lei Municipal N.º 1931 de julho de 2003, com sede e foro no Município de Pilar do Sul - SP, é um órgão colegiado de caráter público, sem fins lucrativos, credo político ou religioso, com prazo indeterminado de duração, que se regerá por este Regimento e por resoluções do Conselho Pleno.

Artigo 2º - O Conselho Municipal do Idoso, órgão paritário com função consultiva, deliberativa, controladora e fiscalizadora da política de defesa dos direitos do idoso, tem por finalidade congregar e conjugar esforços dos órgãos públicos, entidades privadas e grupos organizados, que tenham em seus objetivos o atendimento de pessoas idosas, estabelecendo as diretrizes e a definição da Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Pilar do Sul, Estado de São Paulo.

Conselho Municipal do Idoso de Pilar do Sul

Av. Jovino Gomes Ribeiro, nº 167 - Centro Pilar do Sul

CAPITULO II DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 3º - Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

- I** - Elaborar, aprovar e modifica o seu Regimento Interno;
- II** - O estabelecimento de prioridades de atuação, e de definição da aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais destinados às políticas sociais básicas de atenção ao idoso;
- III** - A formulação da política de promoção, de proteção e de defesa dos direitos do idoso, observada a legislação em vigor, atuando no sentido da plena inserção do idoso na vida sócio-econômica e político-cultural do Município de Pilar do Sul/SP, objetivando, ainda, a eliminação de preconceitos;
- IV** - O acompanhamento da concessão de auxílios, subvenções e verbas de representação parlamentar às entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos atuantes no atendimento ao idoso;
- V** - Promover o desenvolvimento de projetos que obtiverem participação dos idosos nos diversos setores da atividade social;
- VI** - O incentivo e o apoio à realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso;
- VII** - O oferecimento de subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses do idoso em todos os níveis;
- VIII** - O recebimento de petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, por desrespeito aos direitos assegurados aos idosos, com a adoção das medidas cabíveis;
- IX** - A deliberação sobre a movimentação de recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso;
- X** - O pronunciamento, a emissão de pareceres e a prestação de informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, à proteção e a defesa dos direitos do idoso;
- XI** - A aprovação, de acordo com critérios estabelecidos neste Regimento, do cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento ao idoso, que pretendam se integrar ao Conselho.

Conselho Municipal do Idoso de Pilar do Sul

Av. Jovino Gomes Ribeiro, nº 167 - Centro Pilar do Sul

XII - Convocar as Conferências e Fóruns Municipais relacionados ao Idoso;

CAPITULO III DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Artigo 4º - O Conselho Municipal do Idoso será composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, dos quais 5 (cinco) serão escolhidos pelas entidades não governamentais ligadas à área do idoso e 5 (cinco) indicados pelo poder público nomeados pelo Prefeito do Município. Conforme Lei nº. 2663/2011. Todos com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, assim discriminados:

I - 5 (cinco) representantes com respectivos suplentes de organizações não governamentais de âmbito municipal diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento ao idoso, legalmente constituídas e em funcionamento há mais de 2 (dois) anos, eleitos na Conferência Municipal dos Direitos do Idoso. A saber:

1. 01 representante e 01 suplente do Segmento Religioso;
2. 01 representante e 01 suplente do Segmento Terceira Idade;
3. 01 representante e 01 suplente do Segmento de Instituição Asilar;
4. 01 representante e 01 suplente do Segmento Cultural e Desportivo de Pilar do Sul;
5. 01 representante e 01 suplente da Ordem dos Advogados do Brasil.

II - 5 (cinco) representantes com respectivos suplentes do Poder Público local, assim distribuídos:

1. 01 representante e 01 suplente da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Social;
2. 01 representante e 01 suplente da Secretaria Municipal de Educação;
3. 01 representante e 01 suplente da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar;
4. 01 representante e 01 suplente da Secretaria de Esporte, Laser e Juventude;
5. 01 representante e 01 suplente da Secretaria de Gabinete, Segurança Pública e Trânsito.

Artigo 5º - O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso conta em sua organização, com uma Diretoria Executiva composta por:

- I – Plenário;
- II – Presidente e Vice-Presidente;
- II – 1º Secretário e 2º Secretário;
- III – Secretária Executiva.

Conselho Municipal do Idoso de Pilar do Sul

Av. Jovino Gomes Ribeiro, nº 167 - Centro Pilar do Sul

SEÇÃO I DO PLENÁRIO

Artigo 6º - No contexto das atividades inerentes aos interesses do idoso, ao Plenário compete:

- I - Comparecer as reuniões;
- II - Debater e votar a matéria em discussão;
- III - Atuar no sentido de concretizar os objetivos do CMI;
- IV - Aprovar as propostas de programas, planos, regimento interno e demais medidas a que se refere a Lei Municipal Nº 1931, de 24 de julho , de 2003, inerente à criação do CMI;
- V - Apresentar questão de ordem na reunião;
- VI - Acompanhar as atividades da Secretaria Executiva.

Artigo 7º - O Plenário do Conselho reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário, em local previamente designado e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou requerimento da maioria absoluta de seus membros com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.

Artigo 8º - O Conselheiro que faltar sucessivamente e sem justificativa a três reuniões consecutivas, perderá o mandato.

SEÇÃO II DA PRESIDÊNCIA

Artigo 9º - À Presidência, visando o desenvolvimento do CMI, compete estimular a mais ampla participação das instituições e entidades municipais, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município, dispostas a cooperar com o esforço municipal.

Artigo 10º - Ao Presidente compete:

Conselho Municipal do Idoso de Pilar do Sul

Av. Jovino Gomes Ribeiro, nº 167 - Centro Pilar do Sul

I - Presidir as reuniões plenárias, tomando parte nas discussões e votações, com direito a voto;

II - Convocar sessões ordinárias e extraordinárias; dando execução às decisões correspondentes;

III - Representar oficialmente o Conselho;

IV - Assinar a correspondência oficial do CMI;

V - Fomentar convênios e promover intercâmbio técnico-cultural-científico com órgãos Estadual e Federal, com órgãos internacionais e com setores da administração pública relacionados ou especializados em interesses ao idoso;

VI - Realizar e estimular a realização de estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Conselho, promovendo a mais ampla divulgação dos mesmos;

VII - Proceder a abertura e o encerramento de todos os livros usados pelo CMI, rubricando todas as folhas;

VIII - Praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do CMI;

IX - Cumprir e fazer cumprir este Regimento;

X - O Presidente poderá emitir portarias para estabelecer sistemáticas de procedimentos, quando a demanda ou a necessidade do caso assim o exigir, bem quando houver a necessidade de regulamentação de determinado assunto de interesse do Conselho.

Artigo 11º - O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos entre os Conselheiros tanto da Sociedade Civil quanto da Sociedade Pública.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Presidente do CMI, a presidência será exercida pelo Vice-Presidente.

Conselho Municipal do Idoso de Pilar do Sul

Av. Jovino Gomes Ribeiro, nº 167 - Centro Pilar do Sul

SEÇÃO III DA VICE-PRESIDÊNCIA

Artigo 12º - Ao Vice-Presidente Compete:

I - Substituir o Presidente em suas funções e atividades, em suas ausências e impedimentos;

II - Auxiliar o Presidente na execução das medidas propostas pelo Conselho.

SEÇÃO IV DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Artigo 13º - À Secretaria-Executiva, compete:

I - Planejar, supervisionar e coordenar a execução das atividades de apoio técnico e administrativo necessários ao funcionamento do Conselho;

II - Redigir as atas, resoluções e outros documentos encaminhados pelo Presidente, Vice-presidente e demais Conselheiros, conforme suas necessidades e deliberações da reunião;

III - Praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do conselho;

IV - Prestar atendimento aos cidadãos que buscarem qualquer tipo de informação junto ao Conselho;

V - Elaborar e gerenciar os relatórios que forem solicitados pelos diversos órgãos Estadais, Federais e Municipais, bem como aqueles solicitados pela Presidência e pelo Plenário do Conselho.

Conselho Municipal do Idoso de Pilar do Sul

Av. Jovino Gomes Ribeiro, nº 167 - Centro Pilar do Sul

CAPITULO IV DOS CRITÉRIOS PARA O CADASTRAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Artigo 14º - As organizações não governamentais para se cadastrarem e integrar o Conselho, deverão preencher as condições exigidas neste Regimento, incluindo o plano de trabalho da entidade com as pessoas idosas, e apresentar os documentos abaixo especificados:

- I** - Ata da constituição da entidade e/ou organização não governamental;
 - II** - Ata da eleição e posse da Diretoria;
 - III** - Estatuto;
 - IV** - Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura do Município;
 - V** - Documento de inscrição na Receita Federal - CNPJ;
 - VI** - Matrícula no INSS e certidão negativa de débito;
 - VII** - Certidão de utilidade pública municipal para as entidades beneficentes e/ou filantrópicas;
- § 1º** - Os documentos constantes dos itens I, II e III, deverão estar registrados em cartórios de títulos e documentos.
- § 2º** - Será concedido um prazo de 120 (cento e vinte) dias para as organizações não governamentais regularizarem a sua documentação.

CAPITULO V DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Artigo 15º - O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de projetos, programas e ações dirigidas ao idoso no Município de Pilar do Sul /SP obedecerá as seguinte normas:

- I** - O FMDI será vinculado a Secretaria Municipal de
- II** - Os recursos destinados ao FMDI serão depositados em Instituições Financeiras em conta especial sob a denominação "Fundo Municipal dos Direitos do Idoso";

Conselho Municipal do Idoso de Pilar do Sul

Av. Jovino Gomes Ribeiro, nº 167 - Centro Pilar do Sul

III - A destinação dos recursos financeiros do FMDI serão liberados para atender a realização de projetos, programas e atividades, aprovadas de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Conselho.

Artigo 16º - Constituem fontes de recursos do FMDI:

I - As transferências do Município;

II - As transferências da União, do Estado, de seus órgãos e suas respectivas autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista;

III - As receitas de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens moveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

IV - As demais receitas destinadas ao FMDI.

Artigo 17º - O FMDI não manterá pessoal técnico-administrativo próprio, que na medida da necessidade será fornecido pelo Poder Público Municipal.

Conselho Municipal do Idoso de Pilar do Sul

Av. Jovino Gomes Ribeiro, nº 167 - Centro Pilar do Sul

CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 18º - O presente Regimento Interno poderá ser alterado no todo ou em parte, mediante aprovação da maioria absoluta dos membros do CMI, em reunião plenária convocada especialmente para esse fim;

Artigo 19º - Todos os conselheiros têm livre acesso a documentação do CMI, mediante solicitação por escrito ao Presidente do Conselho, observado o sigilo legal;

Artigo 20º - Fica expressamente proibida a manifestação político-partidária e religiosa nas atividades do Conselho;

Artigo 21º - O Conselho acompanhará todos os assuntos do seu interesse nos planos municipal, estadual, nacional e internacional, realizando estudos, debates e propondo ações.

Artigo 22º - Registrando dúvidas de interpretação ou constatando-se lacuna neste Regimento Interno, o plenário deverá decidir a respeito.

Artigo 23º - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pilar do Sul, 19 de setembro de 2012.

Presidente do CMI de Pilar do Sul

Vice-presidente CMI Pilar do Sul